



Estudos Ibero-Americanos

ISSN: 0101-4064

eia@pucrs.br

Pontifícia Universidade Católica do Rio  
Grande do Sul  
Brasil

SILVA, WLAMIR

"Homens de cor! Irmãos!": os pardos na pedagogia liberal-moderada mineira do período regencial

Estudos Ibero-Americanos, vol. XXXI, núm. 1, junio, 2005, pp. 61-77

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Porto Alegre, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=134618603005>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

# “Homens de cor! Irmãos!”: os pardos na pedagogia liberal-moderada mineira do período regencial\*

WLAMIR SILVA\*\*

---

**Resumo:** No contexto socialmente peculiar de Minas Gerais, a elite liberal-moderada desenvolveu uma pedagogia política que logrou identificar liberais e pardos, como industriais e talentosos, opostos aos dois cativos – a escravidão e o despotismo – e, indo ao encontro das demandas sociais dos mesmos, conquistar o consentimento ativo desse auto-reconhecido grupo social para a direção moderada na Província.

**Abstract:** In the socially peculiar context of Minas Gerais Province, the liberal-moderate elite developed a political pedagogy that cheated to identify liberal and “half-breed”, as industrious and talented, opposing to the two captivities – the slavery and absolutism – and, going to the meeting of the social demands of the same ones, to conquer the active assent of this auto-recognized social group for the moderate direction at Province.

**Palavras-chave:** Minas Gerais. Brasil Império. Pardos.

**Key words:** Minas Gerais. Imperial Brazil. “Half-breeds”.

---

## Determinismos e dicotomia entre Estado e sociedade

A nossa história política, em especial nos momento de formação do Estado nacional brasileiro no século XIX, ressent-se da falta de estudos que revelem a ação de indivíduos e grupos, e suas motivações, diante de possibilidades propriamente históricas. As ações e opções políticas de indivíduos e grupos são, ainda muitas vezes, submetidas a grandes determinações estruturais, sejam elas econômicas ou culturais.

---

\* Este artigo é um trecho modificado de nossa tese de doutoramento, defendida junto ao Programa de História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em março de 2002, e apresentado no XXII Simpósio Nacional de História, em 2003.

\*\* Doutor em História Social (UFRJ) e professor adjunto da Universidade Federal de São João del-Rei, Minas Gerais, Brasil. E-mail: wmsilva@mgconecta.com.br

Assim, o economicismo que tudo reduz ao latifúndio escravista, diante do qual a política é uma “seqüência natural” (Sodré, 1979, p. 194), o estatismo que denuncia o congelamento secular do patrimonialismo (Faoro, 1976, p. 733-745) e o mandonismo, que classifica a política imperial como uma farsa (Queiróz, 1969, p. 5-51), cada qual à sua maneira, retiram da ação consciente e da perspectiva dos projetos políticos o *status* de objeto.

Mais recentemente, avançando-se na análise dos atores políticos, foi incorporada a ação das elites do centro. A construção da ordem imperial, primeira e marcante configuração do Estado brasileiro, seria fruto, então, apenas de uma elite gerada e socializada alhures e com a qual a sociedade, que residia nas províncias, manteria apenas “relações litúrgicas” (Carvalho, 1980). No limite, essa relação implica a inexistência da ação política para além da ação burocrática da Corte, num “impasse do sistema imperial: a contradição entre o real e o formal, entre o político e o social” (Carvalho, 1988, p. 157). Ou ainda, negando a possibilidade dos projetos políticos diversos, afirma-se o clientelismo como “a trama de ligação da política no Brasil do século XIX”, chave que explicaria “virtualmente todo ato político” (Graham, 1997, p. 15).<sup>1</sup>

No conjunto dessas marcantes interpretações do Brasil imperial, resta o fato de que Estado e Sociedade são pólos justapostos, seja em “um Estado forte e uma Sociedade fraca”, seja em “Estado fraco, instrumentalizado, e uma Sociedade forte” (Mattos, 1994, p. 129-130). Nesse contexto, esmaecem como objeto historiográfico as mediações entre Sociedade e Estado, sobretudo no que tange às formulações de projetos políticos e às adesões aos mesmos, assim como a construção da cultura política e seus agentes. Em especial, fica obscurecido o papel dessas mediações no plano das províncias.

### **Abordagem dialética e mediações**

Apenas uma abordagem dialética, e propriamente histórica, isto é, preocupada em como se dá o processo (Mattos, 1994, p. 138) de construção do Estado imperial, pode recuperar a interação entre Sociedade e Estado, elites e grupos sociais etc., inclusive no plano das visões de mundo e das representações (id., p. 112). Entre a Sociedade e o Estado, as relações sociais e as formas políticas,

---

<sup>1</sup> Ademais, baseado em fontes que reconhece fragmentárias, Graham projeta para todo o século XIX uma apreciação construída a partir das relações com o Estado centralizado da segunda metade dos oitocentos.

medeia a construção de uma cultura política preme de representações, que possibilita o consenso, a formação de um bloco histórico e a conquista da hegemonia (Gramsci, 2000, v. 2; Bourdieu, 1989).

Nessa perspectiva, tratamos aqui da pedagogia da elite liberal-moderada mineira na conquista do grupo social dos pardos, com a construção de uma identidade política para os mesmos. Essa elite política, orgânica à sociedade de abastecimento, fez-se representante dos proprietários e formuladora de um projeto político que buscou incorporar em um bloco histórico vários setores da sociedade mineira. Como agente mediador entre a sociedade de abastecimento mineira e o projeto liberal-moderado, essa elite foi criadora, e criatura, de um conjunto de representações em que se destacam as identidades políticas. Aqui, delinearemos a construção da identidade dos pardos, no projeto liberal-moderado de hegemonia.

### Os pardos e a Província de Minas

Minas foi a maior Província escravista do Império (Libby, 1988, p. 46) e tinha, também, um enorme contingente de mestiços, comumente nomeados de pardos.<sup>2</sup> Eram indivíduos oriundos da escravidão diretamente ou por algumas gerações; na economia de abastecimento,<sup>3</sup> esses pardos não eram uma massa de marginalizados, estavam presentes em diversas ocupações e tinham diversas relações com a propriedade.

A escravidão e a miscigenação, considerando também as formas de integração à economia e à sociedade dos mestiços, foram uma questão pungente para as elites políticas do Império. José Bonifácio observou a seu tempo que uma “amalgamação muito difícil será a liga de tanto material heterogêneo, como brancos, mulatos, pretos livres e escravos, índios, etc., em um corpo sólido e político” (apud Mattos, 1985, p. 81). A relação desproporcional de raças e etnias foi também presente às classes dominantes, percebendo em sua experiência cotidiana a matéria explosiva desse amálgama em sua conformação na economia colonial.

---

<sup>2</sup> Os pardos são em geral homens livres, ou forros, mas podemos encontrar também escravos designados como pardos ou cabras, ver o periódico *Estrella Mariannense*, Mariana, nº 36, 13/1/1831.

<sup>3</sup> Para uma síntese da economia de abastecimento mineira e seu impacto sobre a sociedade. Ver SILVA, 2002, primeiro capítulo.

[...] insegurança em relação à proporção exagerada entre uma minoria branca e proprietária e uma maioria dos desempregados, pobres e mestiços, que parecia inquietá-los mais do que a população escrava. À insegurança do desnível social somavam-se os problemas advindos da diversidade étnica [...] (Dias, 1986, p. 185).

A sociedade mineradora do século XVIII, como sabemos, foi pródiga na concessão de alforrias (Botelho, Gonçalves e Paiva, 1996). A prática da manumissão era, em boa parte, uma estratégia de viabilização da própria escravidão, evitando a revolta e estimulando o trabalho. A médio e longo prazos, porém, criavam uma sociedade extremamente complexa. Para Laura Mello e Souza:

alforrias e coações tinham duas faces, conforme alguns estudos recentes têm frisado. Para os poderes estabelecidos, alforriar e coartar significava pôr água na fervura, aplacar ódios e ressentimentos, arrefecer ânimos revoltosos; mas também significava propiciar o aumento do contingente livre e de cor, sempre temido porque considerado virtualmente perigoso (Souza, 1999, p. 168).

A partir de fins do século XVIII, ocorreu um crescimento paulatino da população mulata, ou parda, na sociedade brasileira (Ferraz, 1996, p. 37-42). A emergência dessa massa de pardos, designação costumeira dos libertos, originou-se, porém, num processo conflituoso. Há que se considerar as condições impostas nas alforrias, como as coações,<sup>4</sup> e o estigma da escravidão, fortemente alinhado com a sociedade de pretensões aristocráticas e o poder metropolitano e absoluto. É precisa a observação de Laura Mello e Souza de que se as alforrias foram “conquistas de uma massa anônima de agentes históricos”, foram também um “caminho, talvez apertado e tortuoso” de atingir a liberdade (Souza, 1999, p. 168). Vencida a escravidão, restava a marca servil por gerações.

Contradições entre o ser e o parecer, entre valores da honra e os do distrito, entre a posse de lavras, terras e a atividade mercantil, entre a liberdade institucional que o escravo obtinha quando comprava sua alforria e a cor negra da pele que, indelével, impedia-o de viver plenamente a sociabilidade (Souza, 1997, p. 14).

---

<sup>4</sup> As alforrias eram, freqüentemente, condicionadas, com o compromisso de prestação de serviços após a formal liberdade, por exemplo, até a morte do senhor ou a idade adulta, ou morte dos filhos daquele. A coação era o pagamento em prestações da alforria. Não raramente as alforrias eram ignoradas pelos herdeiros e a quebra de quaisquer condições acordadas impunham a reescravização. Ver Reis e Botelho, 1998, p. 10-11.

A atitude desses indivíduos marcados pelo estigma racial e, em geral, não sendo parte das camadas mais abastadas, na conjuntura turbulenta da Regência seria uma questão para as elites políticas do Brasil da época. Os riscos do confronto social e racial, como da mobilização em torno de soluções políticas mais radicais, era real e podia ser iminente. O militar mercenário alemão Carl Seidler deixou-nos um relato impressionante das ruas do Rio de Janeiro por ocasião do 7 de Abril:

um bando de mulatos a percorrer de noite as ruas da capital aos gritos de “Viva a liberdade americana” [sic] e mesmo de “viva a república!” [sic]. Armados de cacetes e facas, às vezes em magotes de 30 a 50 indivíduos, zombavam das ameaças da polícia medrosa a qual, além disso tinha ordem de não empregar violência prematura. Ninguém mais de noite estava seguro da vida e da honra nas ruas; o primeiro Cidadão pacífico pacatamente a caminho da sua casa era cercado pelos facínoras, que de cacetes erguidos e facas desembainhadas lhe perguntavam: “quem viva?” [sic]. Ai de quem respondesse: “D. Pedro I”. O infeliz seria incontinenti morto (Seidler, 1980, p. 296).<sup>5</sup>

É significativo o fato de que esses segmentos eram objetos da pedagogia exaltada, sobretudo na Corte do Rio de Janeiro, e estavam no centro dos conflitos sociais e políticos, de forma não raro violenta, desde o Primeiro Reinado (Ribeiro, 2002 e 1991/1992; Basile, 2000). Os riscos dessa radicalização racial e social não escapariam à elite moderada mineira, mas o quadro da Província era diverso, e ensejaria uma peculiar estratégia moderada.<sup>6</sup>

Na Província, a massa de pardos era socialmente integrada e dispersa pelas vilas e arraiais. O enorme contingente de mestiços, ou pardos, na sociedade mineira, assim como a complexidade que marcava a participação desses indivíduos na malha social, é que se punha como questão para as lideranças moderadas. Por outro lado, o esforços desses liberais em conquistar os pardos ia, certamente, ao encontro das expectativas desses em afirmar-se socialmente. A cultura liberal e nacional oferecia aos pardos uma dimensão de integração social. Essa possibilidade era, no entanto, a de buscar o pertencimento à sociedade branca.

---

<sup>5</sup> O mercenário alemão atribui essas ações ao suborno por parte de terceiros, o que condiz com sua postura preconceituosa e racista em relação aos brasileiros e aos mestiços.

<sup>6</sup> Os exaltados não foram força significativa na Província de Minas. Ver Silva, 2002, capítulo 6.

As significações, que até então [segunda metade do século XIX] se atribuíam à palavra “pardo”, marcavam um lugar social, caracterizado como exceção, numa sociedade racialmente estratificada. Identificava a ascendência cativa entre os homens livres, nascidos no Brasil, como também a ascendência “branca” (livre) entre os escravos crioulos. É fato conhecido que, desde o período colonial, qualquer perspectiva de ascensão social passava por um processo individual de branqueamento (Mattos, 1998, p. 361).<sup>7</sup>

Restava, porém, a tendência hierarquizadora da sociedade escravista e de sua economia colonial, em que a origem escrava iria designar, mais que a cor, o lugar social do pardo. A alforria, em que pese sua importância na ruptura com a condição servil, trazia um novo obstáculo.

Mas o uso preferencial da designação “pardo”, para os homens livres, sem referência necessária à mestiçagem, representa muito melhor o ideal hierárquico desta sociedade, que reservava um lugar social específico para os escravos, para os libertos, para os descendentes livres de africanos e para os cristãos velhos e brancos (Mattos, 1998, p. 361).

Nas Minas Gerais havia uma forte tradição de hierarquia social, racial ou étnica, construída em sua formação colonial. Irmandades de pretos e pardos, igrejas, papéis em cerimônias religiosas etc., constituíam uma poderosa herança hierárquica, como mostra Affonso Ávila:

essa estrutura hierarquizada era uma estrutura escalonada por padrões de epiderme ou cor de pele, com a coloração determinando os valores simbólicos ou as formas de representação social, como no caso das invocações e associações religiosas (Ávila, 1994, p. 36).

Essa hierarquia social penetraria o século XIX e o período regencial. A independência e o invólucro liberal do novo Estado conviveriam com o sentimento aristocrático construído pela interação entre a economia colonial e o antigo regime. O proprietário de terras e escravos em Minas Gerais Francisco de Paula Ferreira de Rezende, que vivera o período regencial em sua infância, resumiria esse “sentimento”:

---

<sup>7</sup> Mattos observa o sumiço da cor, enquanto registro, como “um signo de cidadania na sociedade imperial”, guardadas as diferenças, a autora trata de processos judiciais, observamos uma oposição entre a inexistência e a afirmação de uma referência racial, cf. p. 98-99.

Quando me conheci por gente, ou nos primeiros tempos de nossa vida independente, [era] inteiramente aristocrático o sentimento que dominava [...]. As diversas raças nunca se confundiam; mas que muito pelo em vez disso, cada raça e cada uma das suas classes nunca deixavam de mais ou menos manter e de conhecer seu lugar; porque em todas havia gradações; e os limites que as estabeleciam [...] três seguintes classes – a dos brancos e sobretudo daqueles que por sua posição constituíam o que se costuma chamar a boa sociedade; a do povo mais ou menos miúdo; e finalmente a dos escravos (Resende, 1988, p. 176).

De que forma essas tensões seriam absorvidas pela sociedade e o Estado brasileiros, para além da violência que, é claro, não poderia reduzir uma população tão significativa? Em parte, essa questão pode ser respondida a partir da preservação de características da sociedade colonial e do Estado ibérico. No conjunto dessas abordagens, em sua valorização unilateral do Estado ibérico ou do mandonismo local, e no que aqui nos interessa, a lógica de acomodação dessas tensões estaria no patrimonialismo, nas relações de trocas e favores, ou no clientelismo.<sup>8</sup> Num certo sentido, seria a extensão do “pacto paternalista” (Reis, 1989, p. 93) escravista aos libertos e seus descendentes.

As revoltas regenciais nos demonstram que o clientelismo não era suficiente para o controle da massa de pobres livres, uma vez que o mesmo existia em áreas que se convulsionaram. Mesmo Richard Graham, paladino da lógica clientelista, como “a trama de ligação da política no Brasil do século XIX”, admitia que “embora os ricos e respeitáveis buscassem deferência dos pobres, nem sempre conseguiam obtê-la” (Graham, 1997, p. 15 e 57). É necessário, pois, enfrentar a complexidade das adesões políticas, visto que o clientelismo “não é um dado auto-evidente”, nem isento de conflitos (Carvalho, 2003).

Num quadro hierárquico racial relativamente rígido, em que o “bloqueio racial” seria transgredido apenas de forma circunstancial e episódica, pode-se pensar na polarização entre “o partido dos brancos” e o “partido dos mestiços” (Ávila, 1994, p. 37). Com a difusão de princípios liberais e a conseqüente destruição das bases ideológicas e simbólicas do Antigo Regime, além do ambiente tenso das conjunturas de ruptura, as tensões raciais deviam ser reordenadas.

---

<sup>8</sup> Para Raymundo Faoro, “o patrimonialismo pessoal se transforma em patrimonialismo estatal”. Ver Faoro, 1976, p. 733-736. Para uma análise dessas linhas interpretativas e suas diferenças, ver Silva, 1998.



A Província de Minas teria uma realidade própria nesse contexto. A complexidade racial da Província, com seu contingente de pardos e forros confundindo-se com o leque de atividades e profissões, teria reflexos no comportamento daquela sociedade. Tal diversidade implicou o ânimo da população livre pobre, tanto em seu viver cotidiano, como na sua percepção e relação com o poder. Basílio Teixeira de Saavedra, em sua “Informação da Capitania de Minas Gerais”, de 30 de março de 1805, indicava algumas preocupações desta elite ilustrada lusa:

quisera, que uma Lei proibisse aos mulatos a sucessão legítima aos brancos, e que aqueles à maneira dos espúrios só obtivessem alimentos... e principalmente proibir que uns pretos possam ter outros em escravidão, nem uns muitos a outros mulatos, e menos que mulatos sejam escravos de negros (apud Silveira, 1997, p. 74).

A interação dessa sociedade peculiar com a nova conjuntura política da Independência e da Revolução do 7 de Abril era percebida pela elite política moderada:

A diversidade de elementos que compõem a população, a heterogeneidade das raças, os prejuízos e as antipatias habilmente desenvolvidas pelos inimigos da pública prosperidade desenvolvendo o gérmen das dissensões civis, [...].<sup>9</sup>

Em Minas os pardos eram muitos e dispersos em vários ambientes e situações sociais, não estavam reduzidos à marginalidade ou mesmo ao empobrecimento. Sobretudo eram, já o dissemos, integrados à economia mineira. Para o reverendo Walsh, em viagem a Minas no Primeiro Reinado:

Trata-se, de um modo geral, de pessoas industriosas e de boa conduta, que pertencem indiscriminadamente a diversas camadas da sociedade. Há entre eles mercadores, fazendeiros, médicos, advogados, sacerdotes e militares de várias patentes. Qualquer cidade do interior, de tamanho razoável, possui um regimento composto deles, e eu vi em Vila Rica duas unidades, uma composta de quatro companhias de negros livres, a outra de sete companhias de mulatos. As vantagens que isso tem trazido estão predispondo bastante os brancos a considerarem o quanto é justo e necessário que se faça uma gradativa amalgamação com o resto da população livre do país, abolindo para sempre esse ultraje às leis de Deus e do homem que é a condição de escravo (Walsh, 1985, p. 169).

---

<sup>9</sup> O *Universal*, Ouro Preto, nº 801 – 14/9/1832.

### **À conquista dos pardos: construção de identidade e delimitação da sociedade civil**

Como contingente social importante, economicamente integrados, e largamente disseminados em vários estratos sociais, os pardos seriam um fator importante para o estabelecimento de um consenso social na Província. Com a Regência, seria travada uma renhida disputa pelos pardos e os liberais moderados se destacariam na construção desta uma pedagogia política (Gramsci, 2000, v. 1, p. 100 e 399).

Como estratégia de conquista, os absolutistas espalharam um boato: os moderados desejavam escravizar os pardos.<sup>10</sup> O boato foi ridicularizado nos círculos moderados. Um correspondente do *Universal*, chamado de *O Cidadão de S. Rita*, criticava os que chegavam "a ponto de suporem que se pretende cativar os homens de cor. Que absurdo, Sr. Redator! Que toleirões! Quem come esta, é capaz de engolir um burro inteiro!!!".<sup>11</sup>

Ao que parece, o boato não soou absurdo à sociedade mineira, causando um real temor àqueles que carregavam de tão próximo no tempo experiência da escravidão. Os limites entre a recente liberdade e o cativo pareciam tênues. No *Universal*, de 2 de abril de 1832, encontrava-se um anúncio demonstrando que a idéia não era tão impossível.

Da Vila de S. Carlos de Jacuhi saiu em novembro de 1829 um rapaz de nome João José, pardo trigueiro, muito vivo, de idade de 14 anos mais ou menos, e acompanhou por camarada a Bonifácio Justino Alves, que conduzia uma porcada para o Rio de Janeiro; ambos eram moradores na mesma Vila de Jacuhi, constando que o sobredito João José se acha vendido, sendo livre, e filho de Rita Pedrosa sua Mãe roga a quem dele souber, queira anunciar pela folhas para ser procurado.<sup>12</sup>

<sup>10</sup> A origem do boato estaria em 1822, atribuído ao Governo Provisório, conforme o *Universal*, Ouro Preto, nº 570 – 16/3/1831. Também o *Pregoeiro Constitucional* situava o fato em 1822, atribuindo-o ao Bispo: Bispo telegráfico pregava mesma doutrina que em 1822, "[...] que os por ele denominados Republicanos querem cativar os pardos!". Ver *Pregoeiro Constitucional*, Pouso Alegre, nº 57 – 9/4/1831. "Foi acusado perante o Júri um Periódico Caramuru intitulado – *Tareco Militar* – aonde se concitavam os homens de cor, por meio da sedição intriga do cativo dos pardos. Esta calúnia foi sempre perniciosa à Sociedade pelos funestos resultados, que se têm seguido, e que ainda se podem seguir [...] por tanto o Júri declarou com criminalidade o artigo do Tareco: o seu autor acha-se preso, e deve sofrer a pena" (*O Novo Argos*, Ouro Preto, nº 192 – 21/12/1833).

<sup>11</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 693 – 4/2/1832.

<sup>12</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 731 – 2/4/1832.

O boato teve, portanto, um impacto significativo sobre os pardos da Província. Segundo a *Estrela Marianense*, de 25 de maio de 1831, um pardo morreu por acidente com arma, preparando-se para lutar contra a escravização.<sup>13</sup> Esses adversários da hegemonia moderada manipulavam os sentimentos de inferioridade racial e tentavam esfumar a construção da identidade do escravo pela pedagogia moderada, confundindo pardos e escravos.

Os moderados, por sua vez, buscariam reverter o quadro, advogando a identidade dos interesses dos pardos com o projeto liberal. Buscava-se demonstrar que a hierarquia racial era atributo do regime anterior e que eram os absolutistas que estigmatizavam os pardos, ou cabras, discriminavam-nos e atacavam-nos.<sup>14</sup>

O desprezo desses prejuízos de diversidade de cores não existe entre nós; os homens são escolhidos pelas suas qualidades morais, e não só pelas acidentais. Outros há que têm dado provas de seu ódio, de seu rancor a essa classe de Cidadãos. Não eram os Liberais os que quando se cantava o Hino Nacional invertiam o – *Brava Gente Brasileira* – mandando cantar – *Cabra Gente Brasileira*. – Não foram os Liberais os que fizeram passar do Corpo da Armada para o Estado Maior um Cidadão Militar, digno de estima e consideração a todos os respeitos, só pelo fútil motivo da diversidade da cor. Foi o nosso Governo que praticou tão ignominiosa ação, e entretanto ninguém disse que ele queria cativar os pardos.<sup>15</sup>

O *Liberalão*, em correspondência ao *Universal*, imputava aos telegráficos os insultos aos pardos, “de bode, cabrito, negro”, afirmando a correção do discurso liberal.

Os pardos ainda não acharam um só insulto feito pelos Periódicos Liberais; pelo contrário os Liberais são os únicos, que pregam que todos são iguais perante a lei; que tanto o Pardo, como o crioulo estão nas circunstâncias de ocuparem todos os lugares no Império; cuja linguagem é oposta aos sentimentos dos Telegráficos, que não tendo mérito algum, enchem as bochechas, e dizem ufanos – *nós somos brancos* – não somos bodes, como vós outros liberais.<sup>16</sup>

Não é demais observar que, na lógica exposta, a escravidão não poderia ser uma circunstância, de forma que a afirmação do potencial dos pardos era, também, a reafirmação da condição do

<sup>13</sup> *Estrela Mariannense*, Mariana, nº 53 – 21/5/1831.

<sup>14</sup> *O Novo Argos*, Ouro Preto, nº 76 – 28/4/1831, e *O Universal*, Ouro Preto, nº 578 – 6/4/1831. Em conflitos ocorridos na cidade de Mariana teria sido atacada a casa de um pardo, pelo motivo da cor, cf. *O Universal*, nº 578 – 6/4/1831.

<sup>15</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 570 – 16/3/1831.

<sup>16</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 570 – 16/3/1831.

escravo; apenas aos pardos era reconhecida a faculdade de possuir "qualidades morais". Reconheciam também os moderados a importância social dos pardos e a sua importância no bloco histórico que construíam (Gramsci, 2000, v. 1, p. 99).

Quem deseja chegar a um fim busca para isso os meios necessários, e se não os tem, encalha no meio da empresa. Ora que meios teriam os Liberais supondo-se (caso sempre negado) que eles quisessem reduzir os pardos a cativo? Estes formam uma classe assaz numerosa entre nós, e que ocupa principalmente as fileiras dos nossos defensores: um só deles não se sujeitava espontaneamente ao cativo, e à força quem poderia reduzi-los? Senhores da força armada bateriam eles contra si mesmos?<sup>17</sup>

Ainda uma vez devemos destacar a sutil afirmação da identidade escrava. Os moderados destacavam a aversão dos pardos ao cativo, ao qual, por contraste, os escravos se submetiam, num silogismo que nos lembra a famosa distinção escolar entre a adaptação do negro à escravidão e o índio indômito. Além do seu número expressivo e de sua importância política, posto que já se batiam pelo projeto liberal, os pardos não se submeteriam à escravidão por índole. A "classe" dos pardos não admitiriam este, e não o outro, "ignomioso cativo".

E onde se iriam buscar *esses puritanos* capazes de reduzir à escravidão tantos homens livres, que mais depressa acabariam, do que sujeitar-se-iam a um ignomioso cativo? Parece que esta só reflexão basta a convencer que ninguém tenta semelhante absurdo, e que ainda quando tentasse, o resultado seria a vitória certa dessa classe que se ameaça com perseguições, infundamentadas, e que mais depressa podia reduzir os *puritanos* a cativo, do que sujeitarem-se a ele.<sup>18</sup>

Além da distinção do próprio cativo, devidamente destacada, a pedagogia moderada propunha um novo critério para a distinção social, a instrução e a própria consciência liberal. Ser livre e socialmente relevante era ser liberal, e moderado. A elite política moderada oferecia um novo código de reconhecimento social, em troca da construção de sua hegemonia com a participação da "classe" dos pardos. Mais que uma relação de apoios mútuos, afirmava-se a identidade entre moderados e pardos. Para *O Liberalão*, missivista do *Universal*, a "maior parte dos liberais de

<sup>17</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 570 – 16/3/1831.

<sup>18</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 570 – 16/3/1831.

Minas é de pardos”.<sup>19</sup> Outrossim, o *Liberalão* salientava a educação e o espírito cidadão dos pardos: “Olhemos ainda para a instrução que tem essa classe, e convencer-nos-emos de que ela seria outro obstáculo ainda mais forte para a sua dominação arbitrária; quem conheceu uma vez os direitos de Cidadão, jamais os quererá perder...”.<sup>20</sup>

Os esforços da imprensa liberal-moderada em valorizar o pardo, nomeando-o, certamente iam ao encontro das expectativas de reconhecimento social por parte daqueles que se viam como “pardos”. Dessa forma, também no âmbito das tensões raciais, os moderados interpretavam anseios presentes na sociedade mineira, contemplando um grupo social que se constituía, de fato, historicamente, no entrelaçamento entre raça e condição social. A cultura liberal e nacional criava um espaço novo de ruptura com o estigma da escravidão e a discriminação, pois

perder o estigma do cativo era deixar de ser reconhecido não só como liberto (categoria necessariamente provisória), mas como “preto” ou “negro”, até então sinônimos de escravo ou ex-escravo e, portanto, referentes a seu caráter de não-cidadãos (Castro, 1996).

A *Estrela Marianense* zombava da possibilidade da escravização dos pardos e procurava demonstrar o quanto os mesmos avançaram nos cargos públicos, inclusive eletivos, graças aos seus talentos e “viveza”<sup>21</sup>, ou seja, desenhando uma nova identidade para os pardos, centrada em sua capacidade, talento e, note-se, atividade pública, ou política. É claro que os pardos citados estariam no Partido Moderado; era no âmbito da moderação que eles dariam os retoques finais em sua imagem. Em contrapartida a *Estrela* atribuía aos pasquins absolutistas de Mariana, “semelhantes ao Telégrafo”, a discriminação dos pardos, ao “insultar o Júri do Ouro Preto porque contém muitos pardos, e para insultar o benemérito cidadão Nogueira apontando para o seu nome com uma mão preta, para chamar negro ao padre Brasiel, referir exemplos seria um nunca acabar”.<sup>22</sup>

Como complemento da construção da identidade dos pardos moderados, os liberais buscariam também construir uma identidade entre o elemento escravo e o absolutismo, o encontro dos dois “cativos”. Se ser pardo era ser livre e liberal, e nisso

<sup>19</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 570 – 16/3/1831.

<sup>20</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 570 – 16/3/1831.

<sup>21</sup> *Estrela Mariannense*, Mariana, nº 44 – 15/3/1831.

<sup>22</sup> *Estrela Mariannense*, Mariana, nº 44 – 15/3/1831.

devia consistir sua distinção, era lógico que seus antagonistas eram os escravos e os absolutistas. Num só movimento de classificação simbólica, o liberalismo-moderado lograva afastar os pardos dos escravos e dos caramurus, apagando os dois rastilhos de pólvora mais perigosos da sociedade provincial.

Podemos talvez sugerir que a aproximação entre alguns elementos restauradores e escravos, nos obscuros episódios de açulamento de insurreições, estaria relacionada às dificuldades de aproximação aos pardos, lembrando-se de que as insurreições se deram, sobretudo, entre africanos, mais que entre os crioulos (Andrade, 1996, p. 126), e também que os crioulos eram mais próximos à condição de pardos.<sup>23</sup> Não podemos saber a exata medida de veracidade dessas relações, ou seus objetivos, o certo é que essa idéia correu pela Província, possivelmente auxiliando a lógica moderada e por ela manipulada. Em relação ainda ao ano de 1831, o alferes Joaquim da Silva Pais, morador da Freguesia de Carrancas informava "por ouvir dizer", que "o Imperador andou por Minas que foi com o sentido de forrar mas os senhores não quiseram e o lançaram para fora, e que apesar disso tinha deixado ordem para eles serem forros pelos Bispos, estes tinham canonizado [?] aos vigários" (Cardoso, 1998; Andrade, 1996, p. 152).

Os pardos seriam, então, objetos de uma efetiva mobilização, chamados a sustentar o projeto liberal, e moderado, confrontando-se com os caramurus, que não se pejariam de recorrer aos escravos africanos para os eliminar. O redator da *Sentinela do Serro* fazia, a 13 de abril de 1831, uma proclamação:

Ouropretanos, homens de cor! vede que os telegráficos vos querem iludir... alerta! São os telegráficos, que forjaram a carta das liberdades impressa no Astro São os Telegráficos do Rio de Janeiro, que gritaram pelas ruas – morram os bodes, e os cabras – são os Telegráficos de Minas, que nos seus clubs infernais tem decretado o nosso cativeiro; e tem deliberado, que em caso de aperto, se ligarão à gente Africana para dar cabo dos cabras: alerta ! Unam-se os Brasileiros de todas as cores, que infalivelmente cantaremos o triunfo da Liberdade.<sup>24</sup>

<sup>23</sup> Observamos que os libertos africanos eram tratados de forma diferenciada, quase como ainda escravos, nos aditamentos às posturas municipais. Ver *O Universal*, Ouro Preto, nº 619 – 13/7/1831, nº 615 – 4/7/1831.

<sup>24</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 586 – 25/4/1831.

Assim, os meios políticos moderados seriam também meios de luta dos pardos. Em correspondência ao *Universal*, o denominado *Um Pardo* acusava a discriminação a capelães e militares pardos.<sup>25</sup> Em contrapartida *O Astro de Minas* elogiava a escolha de um médico pardo.<sup>26</sup> Muitas lideranças moderadas eram também pardas, como José Antônio Marinho e José Custódio Dias (Souza, 1988, p. 89), e, certamente, o contingente de pardos se ampliava no seu conjunto de ativistas e simpatizantes.

Seguiam os moderados mineiros um caminho que não era estranho à sociedade brasileira, ou às hostes da moderação. No Brasil escravista, a ruptura com a escravidão devia ser individual, pessoal. Afirmar a igualdade era distinguir-se da massa escrava. O moderado paulista Diogo Antônio Feijó via, sob esse prisma, um aspecto positivo da escravidão:

A escravatura, que realmente tantos males acarreta para a civilização, e para a moral, criou no espírito dos brasileiros este caráter de independência, e soberania, que o observador descobre no homem livre, seja qual for o seu estado, profissão ou fortuna. Quando ele percebe desprezo ou ultraje da parte de um rico ou poderoso, desenvolve imediatamente o sentimento de igualdade; e se ele não profere, concebe ao menos no momento, este grande argumento: não sou escravo. Eis aqui, no nosso modo de pensar, a primeira causa da tranqüilidade de que goza o Brasil: *o sentimento de igualdade profundamente arraigado no coração dos Brasileiros* (apud Dohnnikoff, 1999, p. 16-17).

Os pardos contemplados pela pedagogia moderada eram aqueles socialmente integrados, os industriais e de boa conduta que constituíam a maioria, como observou Walsh, e sugere a dinâmica da economia mineira à época. Esses eram os talentosos, instruídos e cidadãos dentre os pardos. Ao distinguir os cidadãos industriais da massa de vadios, a elite moderada não apenas delimitava a ação dos grupos integrados, definindo a sociedade civil liberal, como a esfera do social em que se dá a luta pela hegemonia (Gramsci, 2000, v. 2, p. 20-21, e v. 3, p. 222), mas também estabelecia os parâmetros para a inclusão dos marginalizados. Comentando a criação de uma Caixa Econômica no Rio de Janeiro, *O Universal* afirmava que “os que poupam não querem revoluções, não se metem em desordens, antes auxiliam o Gov. Legal a reprimir facções [...] interessam-se pela conservação da ordem, e tem que perder nos movimentos populares...”<sup>27</sup>

<sup>25</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 570 – 16/3/1831.

<sup>26</sup> *Astro de Minas*, São João Del Rei, nº 513 – 8/3/1831.

<sup>27</sup> *O Universal*, Ouro Preto, nº 780 – 27/7/1832.

## Conclusão

Na medida em que existiam como um grupo, pois se auto-reconheciam, os pardos se tornaram uma categoria passível de mobilização. O redator do *Sentinela do Serro* conclamava, no calor das "garrafadas": "Homens de cor ! irmãos!".<sup>28</sup> Moderados e pardos passaram, então, a se identificar na lógica da hegemonia moderada, construindo a relação de um consenso ativo (Gramsci, 2000, v. 3, p. 83).

## Referências

- ANDRADE, Marcos Ferreira de. *Rebeldia e resistência: as revoltas escravas na Província de Minas Gerais*. Belo Horizonte: UFMG, 1996 (Dissertação de Mestrado).
- ÁVILA, Affonso. As Minas Gerais: condicionantes de um processo urbano-cultural. In: *O Lúdico e as Projeções do Barroco II*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BASILE, Marcello Otávio N. de C. *Anarquistas, rusgientos e demagogos: os liberais exaltados e a formação da esfera pública na corte imperial*. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, 2000 (Dissertação de Mestrado).
- BOTELHO, Tarcísio R. As alforrias em Minas Gerais no séc. XIX. *Revista de História – X Encontro Regional de História da ANPUH-MG*. Belo Horizonte, n. 6, p. 191-200, 1996.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- CARDOSO, Maria Tereza Pereira. Caramuru somos nós. *Revista Eletrônica de História do Brasil – UFJF* [on line]. Juiz de Fora, v. 2, n. 1, jan.-jul. 1998.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem – a elite política imperial*. Rio de Janeiro: Campus, 1980.
- . *Teatro de sombras: a política imperial*. Rio de Janeiro: Vértice/IUPERJ, 1988.
- CARVALHO, Marcus J. M. de. Os nomes da revolução: lideranças populares na Insurreição Praieira, Recife, 1848-1849. *Rev. Bras. Hist.* [on line], v. 23, n. 45, p. 209-238, jul. 2003.
- CASTRO, Hebe Maria M. de. Os últimos cativos: domínios privados e direitos civis no Brasil oitocentista. *Revista de História – X Encontro Regional de História da ANPUH-MG*. Belo Horizonte, n. 6, p. 27-40, 1996.
- DIAS, Maria Odila da Silva. A Interiorização da Metrópole. In: MOTTA, Carlos G. (org.) *1822 – Dimensões*. 2. ed., São Paulo: Perspectiva, 1986.

---

<sup>28</sup> O *Universal*, Ouro Preto, nº 581 – 13/4/1831.



DOHLNIKOFF, Miriam. A civilização contra a sociedade. Rumos: os caminhos do Brasil em debate – Brasil/Portugal: O legado ambivalente. Publicação comemorativa do V Centenário do Descobrimento do Brasil. Ano 1, n. 3, p. 16-17, maio-jun. 1999.

FAORO, Raimundo. *Os donos do poder*. 3. ed. Porto Alegre: Globo, 1976.

GONÇALVES, Andréa Lisly. As margens da liberdade: alforrias em Minas Gerais na primeira metade do século XIX. *LPH: Revista de História*, Belo Horizonte, n. 6, p. 200-209, 1996.

GRAHAM, Richard. *Clientelismo e política no Brasil do século XIX*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1997.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. 6 v.

FERRAZ, Socorro. *Liberais & liberais: guerras civis em Pernambuco no século XIX*. Recife: UFPE, 1996.

LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho em uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.

MATTOS, Hebe Maria. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista – Brasil, séc. XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

MATTOS, Ilmar Rohloff de. *O tempo Saquarema*. 3. ed. Rio de Janeiro: ACESS, 1994.

PAIVA, Eduardo França. Alforrias e discriminação social: séculos XVIII, XIX e XX. *Revista de História – X Encontro Regional de História da ANPUH-MG*. Belo Horizonte, n. 6, p. 209-218, 1996.

QUEIRÓZ, Maria Isaura Pereira de. *O mandonismo local na vida política brasileira*. São Paulo: IEB, 1969.

REIS, João José. *Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.

REIS, Liana Maria; BOTELHO, Angela Vianna. *Dicionário histórico – Brasil: Colônia e Império*. Belo Horizonte: Dimensão, 1998.

RESENDE, Francisco de Paula Ferreira de. *Minhas recordações*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1988.

RIBEIRO, Gladys Sabina. *A Liberdade em Construção: identidade nacional e conflitos antilusitanos no Primeiro reinado*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2002.

———. "Pés-de-chumbo" e "Garrafeiros": conflitos e tensões nas ruas do Rio de Janeiro no Primeiro Reinado (1822-1831). *Revista Brasileira de História*, São Paulo, Marco Zero/Anpuh, v. 12, n. 23/24, p. 141-165, set. 1991/ago. 1992.

SEIDLER, Carl. *Dez anos no Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1980.

SILVA, Wlamir. Desafiando o Leviatã: sociedade e elites políticas em interpretações do estado imperial brasileiro. *Revista Vertentes*, São João del Rei, n. 11, jan.-jun. 1998.

———. "Liberais e povo": a construção da hegemonia liberal-moderada na Província de Minas Gerais (1830-1834). Rio de Janeiro: UFRJ/IFCS, 2002 (Tese de Doutorado).

SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SODRÉ, Nelson Werneck. *Formação histórica do Brasil*. 10. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

SOUZA, Laura de Mello e. *Norma e conflito*. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

———. Prefácio. In: SILVEIRA, Marco Antônio. *O universo do indistinto: Estado e sociedade nas minas setecentistas (1735-1808)*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SOUZA, Octávio Tarquínio de. *Três Golpes de Estado*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1988.

WALSH, Robert. *Notícias do Brasil*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/EDUSP, 1985. v. 2.